



globo
pharma

Laboratório Globo S.A.

CNPJ nº 17.115.437/0001-73

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 255J8-002-PB - Em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2024

O Laboratório Globo S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO** - O ano de 2024 apresentou-se como um período desafiador para a nossa Companhia. Esperávamos um mercado mais ativo e planejamos nossas atividades com essa expectativa, mas a realidade mostrou-se menos favorável do que prevíamos. Enfrentamos diversos desafios e instabilidades ao longo do ano, o que nos obrigou a adotar uma postura mais cautelosa. Como resultado, houve uma redução nas nossas vendas e produção em comparação com o ano de 2023, impactando diretamente o nosso faturamento. Apesar dos contínuos desafios oriundos do mercado, segundo dados oficiais do relatório *Close Up Cup News* - Canal Farmácias de Dez/24, fomos a indústria farmacêutica que mais cresceu no Brasil, pelo segundo ano consecutivo, o que mostra que estamos no caminho certo, apesar das dificuldades. Isto é reflexo da dedicação e do trabalho árduo dos nossos colaboradores todos focados em cuidar dos brasileiros, dando acesso à saúde de qualidade a preço justo de norte a sul do país, por meio de parceiros que conhecem o Brasil e valorizam relações de confiança. Além da revisão e estruturação do time e processos, conseguimos implementar algumas iniciativas importantes em 2024, tais como: **• Recuperação de crédito fiscal; • Troca na gestão da empresa; • Alinhamento de objetivos e processos com os Representantes Comerciais e com os principais clientes da companhia, e; • Implantação do ERP SAP Business One, que teve o Go Live em 01/01/2024.** Os resultados financeiros de 2024, foi abaixo do orçado pela Companhia, indo em direção contrária ao orçamento e plano de negócios original da Companhia. Apesar dos resultados financeiros abaixo do esperado, mantemos a confiança e a certeza de que dias melhores virão em 2025. E para isso, contamos com o incansável apoio, dedicação comprometimento e criatividade de todos os nossos colaboradores. Agradecemos a sua confiança no Globo Pharma, assim como temos confiança na nossa habilidade de gerar valor aos nossos acionistas. Obrigado e vamos continuar cuidando dos brasileiros de norte a sul do país, dando acesso a saúde de qualidade a preço justo, através de parceiros que valorizam relações de confiança. São José da Lapa, 20 de maio de 2025 - A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	38.397	61.929	Empréstimos e financiamentos	11	49.357	102.444
Contas a receber de clientes	5	62.525	62.450	Instrumentos financeiros	12	-	145
Estoque	6	67.873	84.169	Fornecedores	13	19.582	22.813
Instrumentos financeiros	12	302	-	Obrigações tributárias	14	1.019	1.050
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.064	1.731	Salários e obrigações sociais	15	4.484	4.431
Outros ativos	-	4.235	2.783	Partes relacionadas	17	15.000	-
Total do ativo circulante		<u>176.396</u>	<u>213.062</u>	Outros passivos	16	4.581	4.008
				Arrendamentos	10	150	110
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		<u>94.173</u>	<u>135.001</u>
Depósitos judiciais	-	58	13	Passivo não circulante			
Tributos diferidos	7	72.238	72.238	Empréstimos e financiamentos	11	124.529	114.119
Imobilizado	8	47.948	50.451	Fornecedores	13	62	913
Intangível	9	23.972	18.423	Outros passivos	16	10.032	11.046
Direito de uso	10	265	432	Arrendamentos	10	110	295
Total do ativo não circulante		<u>144.481</u>	<u>141.557</u>	Total do passivo não circulante		<u>134.733</u>	<u>126.373</u>
Total do ativo		<u>320.877</u>	<u>354.619</u>	Patrimônio líquido	18		
				Capital social		88.316	88.316
				Reserva de capital		133.936	84.315
				Ajustes de avaliação patrimonial		(56.989)	(56.989)
				Reserva de incentivos fiscais		39.745	27.305
				Prejuízos acumulados		(113.037)	(49.702)
				Total do patrimônio líquido		<u>91.971</u>	<u>83.245</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>320.877</u>	<u>354.619</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
	Nota	Capital social de capital	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 reapresentado		87.937	84.050	13.557	(56.989)	(10.586)	117.969
Prejuízo do exercício	18.e	-	-	-	-	(25.368)	(25.368)
Plano de opções de ações	18.a	-	265	-	-	-	265
Aumento de capital social	18.a	379	-	-	-	-	379
Reserva de incentivos fiscais	18.g	-	-	13.748	-	(13.748)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		88.316	84.315	27.305	(56.989)	(49.702)	93.245
Prejuízo do exercício	18.e	-	-	-	-	(50.895)	(50.895)
Reserva de capital	18.d	-	50.000	-	-	-	50.000
Ações em tesouraria	18.c	-	(379)	-	-	-	(379)
Reserva de incentivos fiscais	18.g	-	-	12.440	-	(12.440)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		88.316	133.936	39.745	(56.989)	(113.037)	91.971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
1. Contexto operacional - O Laboratório Globo S.A. (Companhia ou Laboratório) é uma sociedade anônima fechada, sediada em São José da Lapa - MG. Foi fundada em 1954, mantendo-se em atividade os dias atuais. A Companhia atua na indústria e no comércio atacadista de produtos farmacêuticos. A Companhia conta com uma fábrica de 41.000 m² de área construída, com Certificado de Boas Práticas de Fabricação, concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao laboratório atestando o atendimento aos requisitos mínimos da Resolução RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019. Nossas vendas são orientadas para distribuidores regionais, que revendem os medicamentos às redes de farmácias, responsáveis por cerca de 95% da nossa receita. Em agosto de 2021, a empresa Laboratório Globo Ltda. foi transformada em Laboratório Globo S.A. e posteriormente vendida em 100% das ações para a empresa Boltzmann Empreendimentos e Participações S.A.(Boltzmann). Em dezembro de 2021 houve a incorporação reversa da Boltzmann pelo Laboratório Globo, passando do as ações da Boltzmann integradas às ações do Laboratório Globo, ficando os acionistas da Boltzmann, (i) Baraúna IV Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia - detentor de 70% das ações e (ii) Horizonte I Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia - detentor de 30% das ações, somando na totalidade de 100% das ações do Laboratório Globo S.A. - O Laboratório Globo S.A. de nome fantasia Globo Pharma, conta com um portfólio de mais de 150 apresentações produzidas e distribuídas e cerca de 70 apresentações de genéricos. A Companhia oferece diversos tipos de produtos, classificados entre alimentos, balas, cosméticos e produtos para a saúde, medicamentos e suplementos alimentares, com capacidade de produção para até 130 milhões de unidades por ano de medicamentos sólidos, semissólidos e líquidos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 20 de maio de 2025. b) Mensuração de valor - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais originadas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes às provisões necessárias para passivos, estimativa de vida útil para o ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: • Vida útil de ativos de longa duração; • Teste de redução de valor recuperável de ativos; • Realização e obsolescência de estoques; • Análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; e • Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. 3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas - As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia nestas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa. a) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam dire-							

tamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como "equivalente de caixa" somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo. c) Contas a receber de clientes - São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentem evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro de 2024. As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessária e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. d) Instrumentos derivativos - Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são contratados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo com as variações de ganho ou perda são registradas no resultado financeiro. e) Estoques - Registrados pelo custo médio de aquisição e/ou fabricação, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). A provisão para perdas e obsolescência é constituída para os itens de estoque sem expectativa de movimentação ou realização por valor inferior ao custo acrescido das despesas para vender. f) Imobilizado - f.1) Reconhecimento e mensuração - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota Explicativa nº 8. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. f.2) Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos reconhecidos são reconhecidos no resultado quando incorridos. f.3) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo entra em operação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. g) Direito de uso e passivo de arrendamento - A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamen-

Demonstrações do resultado - para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	19	160.333	213.038
Custo dos produtos vendidos	20	(130.670)	(158.483)
Lucro bruto		<u>29.663</u>	<u>54.555</u>
Despesas operacionais	20	(34.755)	(30.499)
Despesas com vendas	20	(20.390)	(20.742)
Despesas administrativas	20	(787)	(1.429)
Despesas tributárias		-	-
Outras receitas e despesas operacionais	21	5.933	3.004
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(20.336)</u>	<u>4.889</u>
Receitas financeiras	22	7.822	8.902
Despesas financeiras	22	(38.381)	(39.159)
Resultado financeiro líquido		<u>(30.559)</u>	<u>(30.257)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(50.895)</u>	<u>(25.368)</u>
Impostos de renda e contribuição social	23	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(50.895)</u>	<u>(25.368)</u>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Prejuízo do exercício	(50.895)	(25.368)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total de outros resultados abrangentes	(50.895)	(25.368)	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstrações dos fluxos de caixa - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	19	160.333	213.038
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(50.895)	(25.368)
Ajustado por		(50.895)	(25.368)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa		15.152	5.433
Depreciação e amortização		5.106	4.642
Provisão/reversão para perdas com estoques		(1.922)	2.493
Perda com venda de propriedade para investimento		-	117
Plano de opções de ações		-	265
Instrumentos financeiros		(447)	511
Baixa de ativo imobilizado		1.043	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos		37.059	31.041
Variação dos ativos e passivos		-	-
Contas a receber de clientes		(15.227)	22.697
Estoque		18.218	(11.740)
Impostos e contribuições a recuperar		(1.333)	477
Fornecedores		5.197	5.197
Outros ativos		(4.082)	(5.317)
Obrigações tributárias		31	(1.810)
Obrigações trabalhistas e sociais		53	(2.635)
Outros passivos		556	(609)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais antes do pagamento de juros	1.753	25.392	
Juros pagos no exercício	(35.955)	(30.055)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(34.202)	(4.663)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do imobilizado	(2.828)	(24.818)	
Propriedade para investimento		428	
Aquisição de intangível	(6.200)	(9.924)	
Aquisição de investimento	(597)	(485)	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(10.025)	(34.799)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	69.133	106.208	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(112.876)	(44.080)	
Pagamento de arrendamentos	(183)	(67)	
Partes relacionadas	15.000	-	
Ações em tesouraria	(379)	-	
Aporte de capital	50.000	379	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	20.695	62.440	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(23.532)	22.978	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	38.397	61.929	
Caixa e equivalentes de caixa no início	61.929	38.951	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(23.532)	22.978	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída em resultado de um evento passado, sob provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, refinanciados por provisão para perdas quando necessário. o) Reconhecimento da receita - O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: **•** A identificação do contrato com o cliente; **•** A identificação das obrigações de desempenho; **•** A determinação do preço da transação; **•** A alocação do preço da transação; e **•** A reconhecida da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo o a abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 19. p) Subvenções governamentais - A subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - "Subvenções e assistências governamentais". As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica dedução da receita bruta. q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerável relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis. Não ocorreram ajustes a valor presente de ativos e passivos. Companhia não reconhece os valores oriundos da aplicação da técnica se mostraram materiais. r) Demonstração dos fluxos de caixa - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024 - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. IFRS 16: Passivo de Locação em *um Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento). Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia. IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante - Em janeiro de 2020 a outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) O que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decor-

rente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia. IAS/IFRS 7: acordos de financiamento de fornecedores. - Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Alterações à IFRS 10/C



Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.282	Descrição	2024	2023	
Provisão para perda esperadas	5.433	FGTS	25	25	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.715	Restituição de créditos tributários	74	314	
Provisão para perda esperadas	15.152	ICMS ST a recuperar	7	2	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.867	Total	3.064	1.731	
6. Estoques		a) Tributos diferidos			
Descrição	2024	2023	Descrição	2024	2023
Produtos acabados	9.154	27.480	Crédito fiscal diferido por incorporação de		
Produtos em processo	-	2.111	ágio (34%) (i)	72.238	72.238
Produtos em processo em poder de terceiros	-	643	Total	72.238	72.238
Matéria-prima	35.238	42.145	(i) As regras do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)		
Material de embalagem	13.050	12.219	15, que tratam de operações de combinação de negócios,		
Mercadoria para revenda	5.349	1.442	determinam que a entidade que adquirir o controle de um		
Uso ou consumo - manutenção	2.655	2.773	determinado negócio deverá determinar o valor da mais ou		
Outros estoques	5.150	-	menos-valor de ativos identificados e passivos assumidos,		
Subtotal	70.596	88.813	bem como o ágio por rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ganho		
(-) Provisão para perdas (*)	(2.723)	(4.645)	proveniente por compra vantajosa (GPCV). Portanto, em razão		
Total	67.873	84.169	da incorporação reversa ocorrida em dezembro de 2021, entre		
(*) A provisão para perda em estoque em 2024 foi de R\$ 2.723 (em 2023 foi de R\$ 4.644) e foi reconhecida para reduzir o valor aplicado aos estoques conforme apurado no inventário físico de acordo com a política estabelecida pela Companhia.					
7. Impostos e contribuições a recuperar					
Descrição	2024	2023			
ICMS a recuperar	190	-	A Administração da Companhia preparou estudo sobre a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, e com base neste estudo, acredita que os montantes reconhecidos são recuperáveis dentro de um futuro previsível. Desta maneira, nenhuma estimativa de perdas foi constituída nas demonstrações contábeis para os tributos diferidos reconhecidos no processo de incorporação reversa.		
IRRF compensar ou restituir	1.468	800			
IPi a recuperar	490	329			
PIS a recuperar	162	256			
Cofins a recuperar	653	5			

8. Imobilizado - A seguir, são apresentadas as movimentações no ativo imobilizado: a) Composição do saldo						
	2024			2023		
	Depreciação			Depreciação		
Descrição	Taxa	Custo	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terenos		73	73	73		73
Veículos	20%	191	(191)	191	(191)	-
Máquinas e equipamentos	10%	54.964	(32.473)	22.491	55.416	(29.254)
Móveis e utensílios	10%	1.580	(870)	710	1.507	(750)
Instalações	10%	7.892	(6.593)	1.299	7.793	(6.093)
Aparelhos de comunicação	20%	43	(32)	11	41	(30)
Equipamentos de informática	20%	1.956	(883)	1.073	1.468	(617)
Ferramentas	10%	319	(313)	6	319	(312)
Benefitórias em imóveis terceiros	4%	3	(2)	1	3	(2)
Prédio sede próprio	1,887%	17.170	(824)	16.346	8.424	(644)
Imobilizações em andamento		5.938		5.938	13.109	
Total		90.129	(42.181)	47.948	88.344	(37.893)

b) Movimentação do custo de aquisição						
	31/12/2022	2022	Aquisições	Baixas	31/12/2023	
Descrição						
Terenos	73	-	-	-	73	-
Veículos	191	-	-	-	191	-
Máquinas e equipamentos	39.383	16.033	-	55.416	591	(1.043)
Móveis e utensílios	1.254	253	-	1.507	73	-
Instalações	7.419	374	-	7.793	99	-
Aparelhos de comunicação	36	5	-	41	2	-
Equipamentos de informática	1.183	367	(76)	1.468	488	-
Ferramentas	312	7	-	319	-	-
Benefitórias em imóveis terceiros	3	-	-	3	-	-
Prédio sede próprio	8.424	-	-	8.424	1.575	-
Imobilizações em andamento	5.324	7.785	-	13.109	-	-
Total	63.602	24.818	(76)	88.344	2.828	(1.043)

c) Movimentação da depreciação acumulada						
	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	2024
Descrição						
Veículos	(191)	-	-	(191)	-	(191)
Máquinas e equipamentos	(25.736)	(3.518)	-	(29.254)	(3.219)	(32.473)
Móveis e utensílios	(646)	(104)	-	(750)	(120)	(870)
Instalações	(5.606)	(487)	-	(6.093)	(500)	(6.593)
Aparelhos de comunicação	(27)	(3)	-	(30)	(2)	(32)
Equipamentos de informática	(495)	(198)	76	(617)	(266)	(883)
Ferramentas	(312)	-	-	(312)	(1)	(313)
Benefitórias em imóveis terceiros	(3)	1	-	(2)	-	(2)
Reavaliação máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Reavaliação móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Prédio sede próprio	(477)	(167)	-	(644)	(180)	(824)
Total	(33.493)	(4.476)	76	(37.893)	(4.288)	(42.181)

Em 2023 e 2024 a Companhia concluiu que não existem evidências claras de que os ativos da Companhia estão avaliados por valor não recuperável por suas atuais atividades, uma vez que não houve descontinuidade de nosso negócio, perdas provenientes de fenômenos naturais ou demais premissas previstas na norma. Portanto, a Administração entende que não há necessidade de a Companhia efetuar qualquer provisão para redução ao valor recuperável do ativo permanente, para que esteja de acordo com o Pronunciamento CPC 01. 9. **Intangível** - a) Composição do saldo

	2024			2023		
	Amortização		Líquido	Amortização		Líquido
Descrição	Taxa	Custo		acumulada	Custo	
Direito uso software	20%	529	(407)	122	529	(357)
Marcas e patentes	10%	8.567	(4.958)	3.609	5.679	(4.357)
Pesquisa e desenvolvimento	-	18.068	-	18.068	12.009	-
Desenvolvimento software	-	9	-	9	9	-
Projeto SAP	-	2.164	-	2.164	2.023	-
Total	-	29.337	(5.365)	23.972	23.137	(4.714)

b) Movimentação do custo de aquisição						
	2022	Aquisições	Baixas	2023	Aquisições	2024
Descrição						
Direito uso software	466	63	-	529	-	529
Marcas e patentes	6.236	2.630	(299)	8.567	-	8.567
Pesquisa e desenvolvimento (III)	6.296	5.713	-	12.009	6.059	18.068
Desenvolvimento Software	-	-	-	-	-	-
Projeto SAP (iv)	514	1.509	-	2.023	-	2.164
Total	13.512	9.924	(299)	23.137	6.200	29.337

c) Movimentação da amortização acumulada						
	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	2024
Descrição						
Direito uso software (ii)	(310)	(47)	-	(357)	(50)	(407)
Marcas e patentes (i)	(4.260)	(396)	299	(4.357)	(601)	(4.958)
Total	(4.570)	(443)	299	(4.714)	(651)	(5.365)

(i) Referem-se a valores pagos para registros de marcas, patentes e direitos comerciais dos produtos comercializados pela Companhia. Nesta classe de intangível, estão registrados ativos com prazos determinados, os quais são amortizados pelo período de seu benefício futuro; (ii) As licenças de programas de computador (softwares) adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme estabelecido em contrato e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos; e (iii) A amortização dos projetos de Desenvolvimento (P&D) é iniciada a partir do momento em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autoriza o registro do produto estando este apto à produção. Assim que é realizado a regularização na ANVISA, fazemos a transferência do valor do produto para a conta de marcas e patentes. (iv) Em meados de 2022 a Companhia iniciou o projeto SAP, que trata da troca do sistema ERP existente hoje. Este projeto tem como estimativa de conclusão meados de 2025. Após sua conclusão, os custos serão absorvidos na conta de Direito uso software, e terá início a amortização conforme o prazo do contrato. 10. **Direito de uso e arrendamento a pagar** - Em setembro de 2022 a Companhia fez um arrendamento de servidores de dados para suportar suas operações no âmbito tecnológico. O prazo do arrendamento foi de 36 meses e a taxa de desconto utilizada de 11,99% a.a.

11. Empréstimos e financiamentos - a) Composição por modalidade						
	2024			2023		
	Taxa de juros		Circulante	Circulante		Total
Modalidade	Vencimento final	Não Circulante		Total	Não Circulante	
Banco do Brasil - Giro (iv)	CDI + 4,1% a.a. Março de 2030	3.117	47.222	50.339	-	-
Banco do Brasil - BB Equipamentos (v)	CDI + 4,5% a.a. Abril de 2027	-	-	2.408	5.435	7.843
Banco do Brasil - BB Equipamentos (v)	CDI + 3,8% a.a. Junho de 2026	-	-	1.000	4.000	5.000
FGI Santander - Capital de giro (vi)	1,75% a.m. Novembro de 2025	866	-	866	905	1.638
Santander - FINIMP (vii)	19,04% a.a. Maio de 2024	-	-	-	697	697
Banco Itaú - Empréstimo (ii)	1,022% a.a. Setembro de 2024	-	-	-	777	777
Empréstimo BDMG (iii)	SELIC + 3,5% a.a. Março de 2027	-	-	3.828	8.125	11.953
Debentures - Itaú (i)	CDI + 3% a.a. Fevereiro de 2030	2.648	50.000	52.648	56.252	106.252
Banco Safra - Giro 1688822 (viii)	CDI + 6,8% a.a. Abril de 2026	407	133	540	417	950
Banco Safra - Giro 1692994 (viii)	CDI + 5,15% a.a.	219	-	219	1.500	1.500
Banco Safra - Giro 32836/23 (viii)	9,18% a.a. Abril de 2024	-	-	-	1.000	1.000
Banco Safra - Giro 216753 (viii)	9,945% a.a. Novembro de 2024	-	-	-	8.331	8.331
Banco Safra - Giro 8254640 (ix)	CDI + 6,54% a.a. Dezembro de 2025	2.032	-	2.032	-	-
SAFRA 462011 (x)	8,22% a.a. Novembro de 2025	9.235	-	9.235	-	-
SAFRA 4399835 (xi)	9,69% a.a. Junho de 2025	1.200	-	1.200	-	-
FGI Daycoval 20230-00208 (xii)	1,58% a.m. Fevereiro de 2027	957	1.011	1.968	900	1.877
FGI Daycoval 2024002459 (xiii)	CDI + 1,55% a.m. Agosto de 2027	329	683	1.012	-	-
SICOOB - Giro 1481767 (xiv)	3,66% a.a. Dezembro de 2027	1.296	2.264	3.560	1.154	3.396
SICOOB - Giro 1589998 (xv)	4,95% a.a. Junho de 2028	5.774	14.151	19.925	19.811	25.640
ABC 11519522 (xvi)	CDI + 3,33% a.a. Junho de 2026	1.633	817	2.450	1.639	3.539
ABC 11597823 (xvii)	a.a. Agosto de 2026	2.331	1.100	3.431	1.652	3.300
BV FGI 10338815 (xviii)	15,96% a.a. Março de 2026	1.171	1.904	3.075	4.722	7.981
BV - Giro 10342573 (xix)	16,36% a.a. Julho de 2026	1.224	1.153	2.377	-	-

Modalidade	Taxa de juros	Vencimento final	Circulante	Não Circulante	Total
Bredesso - Giro 23733902655 (xx)	19,56% a.a. Maio de 2026	-	-	-	-
OCB C6 27550142 (xxi)	CDI + 0,50% a.m. Maio de 2025	-	288	-	288
C6 FGI 275501423 (xxi)	CDI + 0,50% a.m. Junho de 2026	1.689	2.210	3.899	-
C6 FGI 275501424 (xxi)	CDI + 0,50% a.m. Maio de 2025	88	115	203	-
C6 FGI 275501421 (xxi)	CDI + 0,45% a.m. Maio de 2025	251	-	251	579
C6 FGI 275501422 (xxi)	CDI + 0,50% a.m. Dezembro de 2025	773	-	773	727
BBM FGI 603812 (xxii)	CDI + 4,0% a.a. Janeiro de 2029	3.117	308	3.425	6.021
BBM 57849 (xxii)	SOFR + 4,66% a.a. Dezembro de 2025	4.579	-	4.579	-
SELIC + 6,4216%	-	-	-	-	-
CCB BIB 40-0040/23 (xxii)	a.a. Maio de 2026	1.530	625	2.155	896
(-) Juros a incorrer	-	-	-	-	(27)
Total	-	-	49.357	124.529	173.886

(i) No dia 25 de agosto de 2021 foram emitidas 100 mil debêntures com valor unitário de R\$ 1, com a finalidade de viabilizar a aquisição da Companhia. Do valor total, R\$ 75.000 foram para pagamento da aquisição e R\$ 25.000 para o caixa da Companhia. Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B.3. S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis até 24 de fevereiro de 2024 (inclusive) e 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao ano

Parcela	Data de amortização das debêntures	Valor a ser amortizado	Percentual a ser amortizado	Valor amortizado	Percentual amortizado
1º	24 de fevereiro de 2024	2.632	2,632%	2.632	2,632%
2º	24 de agosto de 2025	2.632	2,632%	2.632	2,632%
3º	24 de novembro de 2025	2.632	2,632%	2.632	2,632%
4º	24 de fevereiro de 2026	2.632	2,632%	2.632	2,632%
5º	24 de maio de 2026	2.632	2,632%	2.632	2,632%
6º	24 de agosto de 2026	2.632	2,632%	2.632	2,632%
7º	24 de novembro de 2026	2.632	2,632%	2.632	2,632%
8º	24 de fevereiro de 2027	2.632	2,632%	2.632	2,632%
9º	24 de maio de 2027	2.632	2,632%	2.632	2,632%
10º	24 de agosto de 2027	2.632	2,632%	2.632	2,632%
11º	24 de novembro de 2027	2.632	2,632%	2.632	2,632%
12º	24 de fevereiro de 2028	2.631	2,632%	2.631	2,632%
13º	24 de maio de 2028	2.631	2,632%	2.631	2,632%
14º	24 de agosto de 2028	2.631	2,632%	2.631	2,632%
15º	24 de novembro de 2028	2.631	2,632%	2.631	2,632%
16º	24 de fevereiro de 2029	2.631	2,632%	2.631	2,632%
17º	24 de maio de 2029	2.631	2,632%	2.631	2,632%
18º	24 de agosto de 2029	2.631	2,632%	2.631	2,632%
19º	24 de novembro de 2029	2.631	2,632%	2.631	2,632%
20º	24 de fevereiro de 2030	2.631	2,632%	2.631	2,632%

Sobre as garantias da presente debentures, a Companhia asse-
nalado a esta cédula, constituímos em favor do BDGM as seguin-
tes garantias: a) Cessão Fiduciária de CDB emitido pelo BDGM,
de titularidade da Companhia, no valor de R\$ 3.000, correspon-
dente a 20% do valor do empréstimo e com prazo de 60 meses;
b) Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de venda
formada (boletins) de mercadorias - medicamentos, com
fluxo mínimo no valor de R\$ 12.000. Carteira com prazo de
vencimento de até 90 dias. As cédulas de crédito foram liquida-
das em 2024. (iv) Para garantia e cumprimento do efetivo pa-
gamento de todas as obrigações assumidas na cédula de cré-
dito bancário nº 339.804.795 do Banco do Brasil, datado em 22
de março de 20



principalmente, a compras de matéria-prima, produtos utilizados no processo produtivo e aquisição de ativo imobilizado. A operação de risco sacado correspondia aos fornecedores que aderiram esta modalidade. A Companhia se beneficiava pelo alongamento dos prazos a pagar quando o fornecedor eventualmente aderiria ao risco sacado. Esta operação era operacionalizada pelo banco Itaú e em 2024 foi finalizada. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com fornecedores nas datas dos balanços e concluiu que os valores não geram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

14. Obrigações tributárias		
	2024	2023
Descrição		
ICMS a recolher	387	58
ICMS RET	-	438
IRRF a recolher	16	14
ICMS subst. tributária	328	128
Retenção de contribuições	25	16
ISSQN a recolher	1	6
IRRF sem folha	1	6
Total	1.019	1.050

15. Salários e obrigações sociais - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia apresentava os seguintes saldos de Salários e contribuições sociais:		
	2024	2023
Descrição		
Salários a pagar	759	868
Férias	2.141	2.015
INSS sem férias provisão	633	580
Férias FGTS provisão	172	161
INSS a recolher	579	603
FGTS a recolher	200	204
Total	4.484	4.431

16. Outros passivos		
	2024	2023
Descrição		
Adiantamento clientes	171	48
Saldo a Pagar de Investimento - CP (i)	12.258	13.255
Crédito Indevido	44	11
Provisão para Royalties	1.107	1.107
Provisão para pagamento a Ex-Sócios (ii)	1.032	1.336
Provisão Comissões	-	299
Provisão Seguro Fiança	-	299
Total	14.613	15.054
Circulante	4.581	4.008
Não Circulante	10.032	11.046

(i) Valor devido aos antigos sócios, conforme contrato de compra e venda da Companhia, onde ficou acertado o pagamento da seguinte maneira: • O valor de R\$ 15.000, a ser corrigido pela variação da taxa de correção (Selic) desde a data do fechamento até a data do efetivo pagamento, ficará retido na forma da Cláusula 2.3 do referido contrato de compra e venda. Este valor retido será utilizado pela Companhia como meio de pagamento de eventuais obrigações de indenização que venham a se tornar devidas pelos Vendedores a uma Parte Indenizável da Compradora, conforme termos da cláusula 7 do referido contrato. A partir da Data do Fechamento e enquanto houver saldo do Valor Retido, a Companhia manterá um demonstrativo especial, gerencial e extracontábil, na qual serão registrados os lançamentos de valores de Perdas decorrentes de Contingências dos Vendedores, valores de Perdas decorrentes de Contingências da Compradora e as devoluções de depósitos judiciais. Este demonstrativo deverá ser entregue aos vendedores em até 30 dias contados da data de aniversário da data de fechamento, sendo a data de fechamento o mês de agosto, a partir do primeiro aniversário e até que o valor retido seja totalmente liquidado. Observados estes procedimentos e conforme escrito nas cláusulas 7.13 e 7.14 do contrato de compra e venda, em até 30 dias contados da entrega do demonstrativo até o sexto aniversário, o valor correspondente a 1/6 do saldo positivo do valor retido do demonstrativo deverá ser liberado aos vendedores em moeda corrente nacional. (ii) A provisão para pagamentos a ex-sócios foi devido à recuperação de créditos tributários no período correspondente 2017 a 2021, época que a Companhia era gerida pelos ex-sócios. A composição do valor e dos tributos recuperados estão a seguir:

Créditos Habilitados (2017-2021)		
	Valor	Data
Valor PIS	317	
Valor Cofins	1.478	
Total de créditos	1.795	
(-) Taxa Advogados	(269)	
(-) IRR/CSLL	(519)	
Saldo líquido (jan/24)	1.007	
Correção Selic	100	
Saldo corrigido (dez/24)	1.107	

17. Partes relacionadas - Em 1º de outubro de 2024 com o primeiro adiantamento em 06 de novembro de 2024 os investidores, sendo eles Barauna IV Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia e Horizonte I Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia juntamente com a Companhia celebraram o competente Contrato de Mútuo Conversível em Participação Societária tendo por objeto um mútuo conversível outorgado pelos investidores em favor de e devidos pela Companhia. Os investidores disponibilizaram à Companhia, a título de mútuo conversível em participação societária, o valor de R\$ 15.000 em duas tranches, conforme valores e datas indicados a seguir:

	Valor	Data
Barauna IV FIP	3.500	01/10/2024
Horizonte I FIP	1.500	01/10/2024
Barauna IV FIP	7.000	07/11/2024
Horizonte I FIP	3.000	07/11/2024
Total	15.000	

O mútuo tem expectativa de ser convertido em 2025, conforme Nota Explicativa nº 27. 17.1. Remuneração de pessoas-chave da Administração. Conforme estatuto da Companhia, a remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. A remuneração da diretoria manteve em 2024 e 2023 o valor global fixado em R\$ 4.856. 18. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 100.128.175 (em milhões, cento e vinte e oito mil e cento e setenta e cinco) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 88.316 em 31 de dezembro de 2024. As ações ordinárias são subscritas com a proporção de 70.000.000 pela Barauna IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia inscrita no CNPJ/ME nº 42.229.169/0001-62, 30.000.000 pela Horizonte I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia inscrita no CNPJ/ME nº 42.449.188/0001-08 e 128.175 que estão em ações em tesouraria que foram reacquiridas junto aos beneficiários das opções concedidas, sendo nos meses de agosto e dezembro de 2024, b) Reserva legal A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos anos de 2024 e 2023 a Companhia não apurou lucro, não sendo necessário a constituição da reserva legal. c) Plano de Opções de Ações - A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2023, o Plano de Opção de Compra de Ações (Plano de Opções), que estabelece as condições gerais de outorga de opções de subscrição ou aquisição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia. Os participantes foram selecionados e aprovados para participar do Plano de Opções, conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2023. O Plano de Opções estabelece os termos e condições para a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia, sujeitas a determinadas condições. O direito do participante de efetivamente exercer as opções ficará condicionado ao participante permanecer continuamente vinculado e prestando serviços à Companhia, na qualidade de executivo até a data de exercício das opções. O exercício das opções poderá ser feito em evento de liquidez da Companhia ou em 10 anos após a concessão das opções. O valor justo das opções de compra outorgadas a todos beneficiários do programa em 31 de dezembro de 2023, considera o desenvolvimento de estimativas específicas das premissas para cálculo dos valores justos desses instrumentos, incluindo o preço da ação objeto, preço do exercício da opção, taxa de juros livre de mercado, taxa de dividendos, volatilidade, tempo de vida dos instrumentos, período de carência. O método de Black & Scholes foi o adotado pela Companhia para avaliação destes instrumentos. A avaliação do valor justo das opções de compra outorgadas a executivos foi mensurada através do método de Black & Scholes, que levou em consideração as seguintes principais premissas: (i) preço da ação objeto; (ii) preço do exercício da opção; (iii) taxa de juros livre de mercado; (iv) taxa de dividendos; (v) volatilidade; (vi) tempo de vida dos instrumentos; conforme demonstrado a seguir: Premissas

Preço da ação objeto	R\$ 2,96
Preço médio de exercício da opção	R\$ 2,81
Taxa de juros livre de mercado	10,69%
Taxa de dividendos	16,5%
Volatilidade média esperada	0,05%
Tempo de vida médio dos instrumentos	9,25 anos
Valor justo das opções	R\$ 0,549237
Em fevereiro de 2024 houve uma reavaliação na mensuração	

do valor justo das opções, sendo utilizado o método de Monte Carlo. Assim o valor justo das opções passou a ser R\$ 0,19938. A movimentação do total de instrumentos outorgados e liquidados durante o exercício é como segue:

	Opções exercidas	Não exercidas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Opções outorgadas durante o período	1.221.056	-
Opções exercidas durante o período	(128.175)	-
Opções não exercidas durante o período	-	482.354
Opções liquidadas/extintas durante o período	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.092.881	482.354
Opções outorgadas durante o período	442.105	-
Opções exercidas durante o período	-	-
Opções não exercidas durante o período	-	610.527
Opções liquidadas/extintas durante o período	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.263.316	1.092.881

Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. O valor justo sobre os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação e reavaliado posteriormente. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesa Geral e Administrativas", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital". Durante o exercício de 2024, houve a recompra das opções concedidas, conforme os Termos de Transferência de nº 08 e 09 de 16 de julho de 2024, 10, 11 e 12 de 20 de dezembro de 2024. O total das ações recompradas foram de 128.175 no preço de R\$ 2,96. Essas ações foram disponibilizadas na rubrica de Ações em tesouraria no patrimônio líquido. d) Reserva de capital - As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela Companhia. Em fevereiro de 2024, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a ratificação dos Boletins de Subscrição aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 23 de maio de 2022, e a consolidação dos referidos Boletins de Subscrição, onde realizou a integração do valor de R\$ 50.000 para utilização em pagamento de dividendos e capital de giro. e) Prejuízo do exercício - Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 25.368. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 50.895. f) Ajuste de avaliação patrimonial pela incorporação da Boltzmann - A constituição da reserva de reavaliação se deu por conta da incorporação reversa que fizemos da nossa controlada, que inclui todos os valores das contas patrimoniais subtraindo o montante de 66% sobre o valor do ativo de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e valor de mercado de seus ativos (mais valia). g) Reserva de incentivos fiscais - Em março de 2024 a Companhia foi contemplada com Regime Especial nº 45 000027720 94 de ICMS, concedido pela Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais, relativamente ao diferimento do pagamento de ICMS. Também foi conferida a autorização para que a Companhia usufrua de crédito presumido de ICMS nas operações de vendas internas, interestaduais, vendas internas e interestaduais com conteúdo de importação, bem como nas saídas de mercadoria importada submetida à industrialização observadas as particularidades do Regime e de cada operação, conforme detalhamento no ato de concessão. Pelas regras contábeis, a subvenção não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do item 12 do CPC 07 (R1). Além disso, o item 29 deste mesmo Pronunciamento, ao dispor sobre a apresentação da subvenção na demonstração do resultado, estabelece que a subvenção é algumas vezes apresentada como crédito na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como redução da despesa relacionada. Ainda, o Pronunciamento conclui, em seu item 31 que ambos os métodos são aceitos para apresentação das subvenções relacionadas às receitas. É necessária a divulgação da subvenção governamental para a devida compreensão das demonstrações contábeis. Por isso é necessária a divulgação do efeito da subvenção em qualquer item de receita ou despesa quando essa receita ou despesa é divulgada separadamente. Sendo assim, a Companhia reconheceu a receita de subvenção em seu resultado, no montante de R\$ 12.440 (em 2022 R\$ 13.748). Ao apurar o resultado e sua devida transferência para o grupo do Patrimônio Líquido, a Companhia colocou separado em uma conta este valor da subvenção, sendo evidenciado. No que dispõe a Lei nº 14.789/2023 sobre as subvenções decorrentes de implantação ou expansão do empreendimento econômico subvencionado por ente federativo, a Companhia entende que não se enquadra nas exigibilidades desta Lei. A Companhia recebeu o despacho da RFB, indeferindo o pedido de habilitação do crédito da subvenção do ICMS do que trata a Lei nº 14.789/2023, uma vez que a RFB caracteriza a modalidade do RET da Companhia como incentivo fiscal relacionado ao ICMS, concedido pelo Estado Federado em caráter geral e/ou de forma incondicionada, ou seja, não há uma contrapartida decorrente de implantação ou expansão do empreendimento. A modalidade do RET da Companhia é por adesão. A Companhia possui uma Decisão Liminar contra a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007715-50.2022.4.06.3800 que subsidia a exclusão da Subvenção do ICMS. 19. Receita operacional líquida

	2024	2023
Descrição		
Receita operacional bruta	191.420	252.616
Venda produtos diversos	172.092	249.202
Beneficiamento	3.609	1.167
Revenda	15.599	2.234
Cessão de energia elétrica	120	13
Deduções da receita bruta	(43.527)	(53.326)
Devoluções de vendas	(5.026)	(10.301)
Impostos e taxas sobre vendas	(22.109)	(31.090)
Bonificações e doações	(16.392)	(11.935)
Receitas Incentivos Fiscais	12.440	13.748
Receita de subvenção de ICMS-MG	12.440	13.748
Receita operacional líquida	160.333	213.038

	2024	2023
Por natureza		
Custos das matérias-primas, materiais e serviços adquiridos	(130.670)	(158.483)
Comissões sobre vendas	(7.033)	(12.050)
Despesa com pessoal, Administradores e entidade de previdência privada	(12.022)	(11.957)
Frete	(6.050)	(8.382)
Outras despesas	(6.570)	(6.392)
Provisões diversas	(15.152)	(5.433)
Serviços de terceiros	(6.694)	(4.249)
Depreciações e amortizações	(603)	(1.352)
Despesas com viagens	(596)	(804)
Despesas tributárias estaduais	(424)	(712)
Despesas tributárias federais	(271)	(628)
Utilidades	(441)	(338)
Plano de opções	265	(265)
Despesas tributárias municipais	(76)	(73)
Desenvolvimento de produtos	(35)	(35)
Total	(186.337)	(211.153)

	2024	2023
Por função		
Operações continuadas	(130.670)	(158.483)
Despesas com vendas	(20.125)	(20.742)
Despesas gerais e administrativas	(20.125)	(20.742)
Despesas tributárias	(186.337)	(211.153)

21. Outras receitas e despesas operacionais

	2024	2023
Descrição		
Outras receitas operacionais	156	594
Recuperação de crédito tributário (i)	5.520	4.126
Perdas efetivadas	(1.230)	(1.274)
Royalties sobre vendas	(233)	(325)
Ganho/perda venda de ativos	1.720	(117)
Receita operacional líquida	5.933	3.004

(i) A Companhia realizou uma revisão fiscal para restituição de créditos tributários. Com suporte de uma consultoria especializada, entendeu que poderia realizar a restituição do tributo IPI sobre aquisições de Atacadistas não contribuintes. A legislação do IPI, através do artigo 227, do RIRI - Decreto nº 7.212/2010, autoriza o crédito do imposto nas aquisições originadas de atacadistas não contribuintes, destinados a industriais e equiparados. Portanto, conforme o artigo exposto, o valor a ser creditado corresponderá à aplicação da alíquota a que estiver sujeito o produto, sobre cinquenta por cento (50%) do seu valor, constante da respectiva nota fiscal. Também realizou o entendimento da restituição de crédito fiscal sob o PIS e Cofins sobre insumos, onde, através da Instrução Normativa RFB nº 2121,

de 15 de dezembro de 2022, em seu artigo 191, mostra que compõem a base de cálculo dos créditos a descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins, no regime de apuração não cumulativa, os valores dos custos e despesas incorridos no mês relativo a energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica. Em seu artigo 176, consideram-se insumos, os bens ou serviços considerados essenciais ou relevantes para o processo de produção ou fabricação de bens destinados à venda ou de prestação de serviços. 22. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Descrição		
Receitas financeiras	-	-
Outras receitas financeiras	19	-
Descontos obtidos	38	140
Juros recebidos clientes	111	198
Rendimento aplicações financeiras	4.558	5.107
Variação monetária ativa	49	97
Indenizações recebidas	74	295
Bonificação/desconto	-	19
Ganhos com derivativos	-	51
Variação ativa NDF (i)	2.743	925
Variação cambial lata (ii)	230	2.020
Total receitas financeiras	7.822	8.902
Despesas financeiras	-	-
Juros e despesas empréstimos	(28.659)	(31.023)
Descontos concedidos duplicatas	(513)	(599)
Despesa sobre cobrança duplicatas	(83)	(11)
Juros de mora	(3.152)	(2.482)
Outras despesas financeiras	(2.765)	(365)
Variação cambial passiva (i)	(1.205)	(624)
IOF e IOC	(1.466)	(86)
Taxas	-	(1)
Variação monetária passiva	-	(393)
Comissão Importação	(310)	(353)
Seguro fiança	-	(3.411)
Variação cambial NDF (ii)	(228)	(62)
Despesa com Importação	-	(62)
Total despesa financeiras	(38.381)	(39.159)
Total	(30.559)	(30.257)

(i) A variação cambial ativa e passiva são frutos das variações oriundas das compras de matéria prima importada, onde a data de fechamento do pedido diverge das datas de pagamentos originando as variações cambiais; (ii) A variação Cambial ativa e passiva são referentes às operações de NDFs realizado pela Companhia, onde registra as variações mensais das NDFs contratadas. 23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - a) Reconciliação do imposto de renda e a contribuição social - correntes

	2024	2023
Descrição		
Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social	(50.630)	(25.368)
Adições	-	-
Provisão devedores duvidosos	15.152	5.433
Ajuste estoque	1.463	2.494
Royalties de vendas	233	325
Outras despesas não dedutíveis	8	1.148
Exclusões	-	-
Reversão provisão P/ Estorno Crédito ICMS-estoque-RET	-	(788)
Receita de subvenção RET ICMS-MG	(12.440)	(13.748)
Depreciação- Mais-Valia -goodwill	(32.988)	(33.004)
Base de cálculo tributável	(79.201)	(63.508)
Crédito Fiscal Diferido - Parte B (LALUR/LACS)	26.928	21.593

A apuração de impostos da Companhia é dada pelo regime de estimativa mensal. Em 2024 a Companhia apurou um prejuízo fiscal de R\$ 76.911. Para os próximos exercícios, a Companhia não tem projeção de lucro fiscal para comportar todo seu crédito fiscal, sendo assim não constitui contabilmente a integralidade de seu Crédito Fiscal Diferido no montante de R\$ 26.150 referente a 34% da Base de Cálculo Tributável, sendo este controlado somente na Parte B do LALUR/LACS. A Companhia realiza o acompanhamento do desempenho de suas atividades e espera-se que nos próximos exercícios, comportar a contabilização de parte ou total do saldo de diferido. 24. Provisões para riscos - A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2024 e 2023 não existiram litígios significativos movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis em suas Demonstrações contábeis. Os saldos de causas com risco possível de perda totalizam R\$ 677 em 2024 (R\$ 460 em 2023). 25. Instrumentos financeiros - a) Considerações gerais - A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir apresentados por categoria:

	2024	2023
Descrição		
Ativo, conforme balanço patrimonial	-	-
Caixa e equivalentes	Custo amortizado	4 38.397 61.929
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5 62.525 62.450
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo Custo amortizado	12 301 0
Depósitos judiciais	-	58 13
Total	101.282	124.392
Passivo, conforme balanço patrimonial	-	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	11 173.886 216.563
Partes relacionadas	Custo amortizado	17 15.000 0
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo Custo amortizado	12 0 145
Arrendamentos	Custo amortizado	10 260 405
Fornecedores	Custo amortizado	13 19.645 23.726
Total	208.791	240.839

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração - Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros cujo principal objetivo é preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são: • Risco de preço das mercadorias; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. A Administração não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento do risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis. c) Risco de preço das mercadorias - Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia comercializa. As receitas de vendas e principalmente o custo médio ponderado dos itens pode ser fortemente influenciado pela demanda de matéria prima adquirida na etapa anterior à compra do produto pela Companhia, em função da variação do preço do dólar. d) Risco de crédito Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, entre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados às contas a receber de clientes são reduzidos em virtude da análise de

crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada a seguir:

	Nota	2024	2023
Descrição			
Ativo, conforme balanço patrimonial	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.397	61.929
Contas a receber de clientes	5	62.525	62.450
Total		100.922	124.379

e) Risco de liquidez - O risco de liquidez surge da possibilidade de a Companhia não poder cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e atender necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e reflete o fluxo financeiro da Companhia:

	2024	2023
Fluxo de caixa		
Até um ano		
Acima de um ano		
Descrição		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	38.397	38.397
Contas a receber de clientes	62.525	62.525
Total	100.922	100.922
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	173.886	49.357
Partes relacionadas	15.000	15.000
Fornecedores	19.645	19.582
Total	208.531	83.939

f) Risco de mercado - Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

i) Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade a seguir. ii) Risco de taxa de câmbio - O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A exposição cambial líquida da Companhia, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano e ao euro, é, assim demonstrada:

	2024	2023
Empréstimos indexador		
CDI + 4,1% a. a.	(50.339)	(8.180)
1,75% a. a.	(866)	(200)
CDI + 6,8% a. a.	(540)	(298)
CDI + 5,15% a. a.	(219)	(38



de emissão, as debêntures tinham Valor Nominal Unitário de R\$ 1 (um mil reais). Em razão das amortizações realizadas entre a data de emissão e 31 de janeiro de 2025, em 31 de janeiro de 2025, as Debêntures tinham o valor nominal unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Em 31 de janeiro de 2025 foi realizado o desdobramento das Debêntures em duas séries, de forma que o Valor Nominal Unitário das debêntures passará a ser o seguinte: ● Após o desdobramento das Séries, na Data do Desdobramento das Séries, as Debêntures da Primeira Série passaram a ter o valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cem reais); ● Após o desdobramento das Séries, na Data do Desdobramento das Séries, as Debêntures da Segunda Série passaram a ter o valor nominal unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). O cronograma de pagamento ficou da seguinte forma:

Debêntures de 1ª série			
Parcela	Data de amortização	Valor a ser amortizado	Percentual Amortizado
1ª	01/12/2025	700	7,000%
2ª	31/01/2026	388	3,875%
3ª	28/02/2026	388	3,875%
4ª	31/03/2026	388	3,875%
5ª	30/04/2026	388	3,875%
6ª	31/05/2026	388	3,875%
7ª	30/06/2026	388	3,875%
8ª	31/07/2026	388	3,875%
9ª	31/08/2026	388	3,875%
10ª	30/09/2026	388	3,875%
11ª	31/10/2026	388	3,875%
12ª	30/11/2026	388	3,875%
13ª	31/12/2026	388	3,875%
14ª	31/01/2027	387	3,875%
15ª	28/02/2027	387	3,875%
16ª	31/03/2027	387	3,875%
17ª	30/04/2027	387	3,875%
18ª	31/05/2027	387	3,875%
19ª	30/06/2027	387	3,875%
20ª	31/07/2027	387	3,875%
21ª	31/08/2027	387	3,875%
22ª	30/09/2027	387	3,875%
23ª	31/10/2027	387	3,875%
24ª	30/11/2027	387	3,875%
25ª	31/12/2027	387	3,875%
Total		10.000	

Debêntures de 2ª série			
Parcela	Data de amortização	Valor a ser amortizado	Percentual Amortizado
1ª	31/01/2028	417	1,667%
2ª	29/02/2028	417	1,667%
3ª	31/03/2028	417	1,667%
4ª	30/04/2028	417	1,667%
5ª	31/05/2028	417	1,667%
6ª	30/06/2028	417	1,667%
7ª	31/07/2028	417	1,667%
8ª	31/08/2028	417	1,667%
9ª	30/09/2028	417	1,667%
10ª	31/10/2028	417	1,667%
11ª	30/11/2028	417	1,667%
12ª	31/12/2028	417	1,667%
13ª	31/01/2029	417	1,667%
14ª	28/02/2029	417	1,667%
15ª	31/03/2029	417	1,667%
16ª	30/04/2029	417	1,667%
17ª	31/05/2029	417	1,667%
18ª	30/06/2029	417	1,667%
19ª	31/07/2029	417	1,667%
20ª	31/08/2029	417	1,667%
21ª	30/09/2029	417	1,667%
22ª	31/10/2029	417	1,667%
23ª	30/11/2029	417	1,667%
24ª	31/12/2029	417	1,667%
25ª	31/01/2030	417	1,667%
26ª	28/02/2030	417	1,667%
27ª	31/03/2030	417	1,667%
28ª	30/04/2030	417	1,667%
29ª	31/05/2030	417	1,667%
30ª	30/06/2030	417	1,667%
31ª	31/07/2030	417	1,667%
32ª	31/08/2030	417	1,667%
33ª	30/09/2030	417	1,667%
34ª	31/10/2030	417	1,667%
35ª	30/11/2030	417	1,667%
36ª	31/12/2030	417	1,667%
37ª	31/01/2031	417	1,667%
38ª	28/02/2031	417	1,667%
39ª	31/03/2031	417	1,667%

Debêntures de 2ª série			
Parcela	Data de amortização	Valor a ser amortizado	Percentual Amortizado
40ª	30/04/2031	417	1,667%
41ª	31/05/2031	416	1,667%
42ª	30/06/2031	416	1,667%
43ª	31/07/2031	416	1,667%
44ª	31/08/2031	416	1,667%
45ª	30/09/2031	416	1,667%
46ª	31/10/2031	416	1,667%
47ª	30/11/2031	416	1,667%
48ª	31/12/2031	416	1,667%
49ª	31/01/2032	416	1,667%
50ª	29/02/2032	416	1,667%
51ª	31/03/2032	416	1,667%
52ª	30/04/2032	416	1,667%
53ª	31/05/2032	416	1,667%
54ª	30/06/2032	416	1,667%
55ª	31/07/2032	416	1,667%
56ª	31/08/2032	416	1,667%
57ª	30/09/2032	416	1,667%
58ª	31/10/2032	416	1,667%
59ª	30/11/2032	416	1,667%
60ª	31/12/2032	416	1,667%
Total		25.000	

28. Cobertura de seguros - A Administração da Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Os seguros são contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, assim como para riscos civis inerentes à atividade. As premissas de riscos são adotadas conforme sua natureza. As premissas de riscos adotadas, dada

2024
LMG
Seguro Predial 88.000

DIRETORIA		
Rodrigo de Andrade Caldas e Sousa CEO Diretor-Presidente	Nicholas Franzen Matte Diretor Financeiro	Robson Roni Benicio CRC 117822/O-0 Contador Responsável

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do **Laboratório Globo S.A.**, São José da Lapa – MG

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis do Laboratório Globo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Laboratório Globo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não atendeu determinada cláusula contratual (“covenant”) correspondente à dívida líquida sobre o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“ebitda”) referente ao contrato de debêntures, o que tornaria o montante registrado no passivo não circulante, no valor de R\$50.000 mil naquela data, sujeito à exigibilidade imediata, com a necessidade de reclassificação da citada dívida do passivo não circulante para o passivo circulante (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil). Conforme divulgado na nota explicativa nº 27, no dia 30 de janeiro de 2025, os credores concordaram em não exigir o pagamento antecipado. Neste caso, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, quando a entidade não atende a determinada cláusula contratual (“covenant”) de um empréstimo de longo prazo, ao término ou antes do término do período de reporte, tomando o passivo vencido e, portanto, exigível. I à ordem do credor, o passivo deve ser reclassificado como passivo circulante, mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado. Dessa forma, o passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir sua liquidação por, pelo menos, doze meses em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não atendeu ao item citado e manteve o passivo classificado no não circulante. Portanto, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante, a maior, no montante de R\$50.000 mil, naquela data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 20 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador
CRC 1MG-078.081/O-0

(Fim - página 4-4)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1D30-217B-DDE0-0FF3> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1D30-217B-DDE0-0FF3



Hash do Documento

BdhJ50S8/ZkGK2oji11N3eVePm8v82WupDAavGvme4Q=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2025 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 26/05/2025 22:25

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

